

# O operário sonhado por seu patrão: políticas empresariais em uma comunidade petrolífera de Comodoro Rivadavia, Argentina (1917-1932)

The worker dreamed by his boss: business policies in an oil community in Comodoro Rivadavia, Argentina (1917-1932)

Andrea Norma Andújar\*

**Resumo:** Este artigo examina as políticas assistenciais implementadas pela liderança da empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), em Comodoro Rivadavia, entre o final dos anos 1910 e o início dos anos 1930. A partir da revisão de um conjunto de fontes diversas, interroga-se sobre a forma como os operários petrolíferos e suas famílias participaram da concepção e implementação dessas iniciativas em termos de demandas por direitos expressas através de diversas ações e formas de protesto. Nessa direção, dialoga com uma literatura que assumiu essas políticas como modelo de filantropia ou paternalismo empresarial, enfatizando o sucesso do disciplinamento exercido pela liderança da empresa. Ao se concentrar em certos indícios de práticas dos trabalhadores, tanto no espaço produtivo quanto naqueles que fizeram a vida familiar e as diversas redes de sociabilidade comunitária, este estudo discute o alcance desse esforço disciplinador e seu sucesso, refletindo também sobre certas categorias com as quais o estudo dessas comunidades laborais tem sido abordado.

**Palavras-chave:** trabalhadores, petróleo, assistência empresarial.

**Abstrat:** This article examines the welfare policies deployed by the leadership of the state-owned company *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) in Comodoro Rivadavia between the end of the 1910s and the beginning of the 1930s. Based on the review of a set of diverse sources, it questions the way in which oil workers and their families intervened in the design and

\* Doutora em História pela Universidad de Buenos Aires. Investigadora Adjunta do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). E-mail: andreaandujar@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5713-9308>.

implementation of these initiatives in terms of demands for rights expressed through different actions and forms of protest. It dialogues with a literature that assumed these policies as a model of philanthropy or business paternalism, emphasizing the success of the disciplining exercised by the company's leadership. By focusing on certain signs of workers' practices both in the productive space and in those related to family life and diverse networks of community sociability, this study discusses the scope of this disciplining effort and its success, also reflecting on certain categories with those that have been used to approach the study of these labor communities.

**Keywords:** working class, petroleum, Company welfare.

## Introdução

**N**O INÍCIO do quarto capítulo de seu livro *El petróleo argentino – 1922-1930*, o general Enrique Mosconi, engenheiro militar que desempenhou o cargo de diretor-geral da empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) desde sua fundação em 1922 até 1930, asseverava que:

Quando assumimos a organização do pessoal da YPF, o fizemos com critérios humanos, sociais e práticos, para o bem dos interesses gerais e do progresso da Nação.<sup>1</sup> Pretendíamos formar, e isto foi conseguido, uma equipe de homens fortes, saudáveis no corpo e no espírito (...) A direção-geral pretendia zelar e prover da forma mais completa possível pelo bem-estar geral do pessoal da organização, de forma tal que o chefe da família não sentisse sua energia e capacidade de trabalho diminuídas por preocupações inerentes às necessidades do lar. Em contrapartida, exigimos do pessoal, conduzido com rigorosa equidade e justiça, disciplina intransigente e absoluta rigidez no cumprimento de deveres e obrigações. Todos deveriam se entregar completamente ao trabalho com cérebro, coração e músculo.<sup>2</sup>

Estas afirmações anteciparam a resenha de um conjunto de medidas assistenciais implementadas sob sua administração para beneficiar aqueles que trabalhavam e viviam nos campos adjacentes às jazidas de petróleo da empresa. Em suas palavras, pode-se notar como a aspiração de assegurar o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias entrelaçava-se à tentativa de impor regras e uma disciplina laboral destinadas a promover a obediência e a lealdade destes a uma empresa cujo desenvolvimento, no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial, foi concebido por sua administração como um pilar da soberania nacional na produção de combustíveis.

1 Nota de tradução: todas as vezes que um trecho aparece entre aspas em forma de citação, ressaltamos que o mesmo foi traduzido por nós do idioma original espanhol ao português. Portanto, a tradução é livre e nossa, e não retirada de uma edição já traduzida. As indicações de fontes dos originais em espanhol estão devidamente sinalizadas em notas de rodapé de acordo com as normas desta publicação.

2 MOSCONI, Enrique. **El petróleo argentino – 1922-1930**. Buenos Aires: Círculo Militar, 1983. p. 78.

Se confiarmos nas palavras desse general, considerado posteriormente como figura emblemática do nacionalismo petrolífero argentino,<sup>3</sup> é possível supor que os operários da YPF e suas famílias desempenharam um papel passivo na concepção de tal política assistencial. Mas também, que a mesma foi sucedida na hora de conformar uma força de trabalho em sintonia com os imperativos e interesses da liderança empresarial. Certamente, essa conclusão estava entre as motivações que encorajaram Mosconi a terminar de escrever seu livro em 1936. Havia passado já seis anos desde que deixara a direção em protesto pelo golpe de Estado que derrubou o presidente Hipólito Yrigoyen em 6 de setembro de 1930. Precisamente, no crepúsculo de sua carreira militar, a intenção de demonstrar à opinião pública como sua administração havia conseguido livrar “a Nação dos *trusts* estrangeiros”,<sup>4</sup> em referência às companhias petrolíferas multinacionais suspeitas de terem estado entre os instigadores do golpe de Estado de 1930,<sup>5</sup> parecia encontrar provas sólidas no suposto zelo patriótico que a política de bem-estar havia despertado entre os trabalhadores petrolíferos e suas famílias.

Essa convicção do general impregnou as interpretações de uma historiografia que, inscrevendo o esforço de Mosconi como um modelo de profundo disciplinamento social, pedagogia da dominação ou hegemonia empresarial, calibrou suas realizações a partir de questões como a progressiva desativação de greves e organizações sindicais enquanto ele esteve a cargo da YPF, a aceitação de noções de gênero que operavam para a inferiorização das mulheres e seu confinamento às tarefas de cuidado e reprodução do lar, a conversão do campo de YPF em uma “instituição total” e a cristalização de uma identidade de classe explicitada em uma forma particular de se perceber e se denominar: ser um *ypefiano*, ou seja, parte de uma comunidade cujos interesses foram amalgamados sob a definição da empresa.<sup>6</sup>

No entanto, se o olhar se localiza nos homens e mulheres que trabalharam para a YPF e nos certos sinais de suas práticas e vivências cotidianas, tanto no espaço produtivo como naqueles que compunham a vida familiar e em vários âmbitos da sociabilidade comunitária,

3 CARRIZO, Gabriel. Petróleo, uso práctico del pasado y construcción de heroicidad en una historieta argentina: Enrique Mosconi. Una historia de novela. **Temporalidades – Revista de Historia**, v. 9, n. 2, p. 204-216, maio-ago. 2017.

4 MOSCONI, Enrique. **El petróleo argentino – 1922-1930**. Buenos Aires: Círculo Militar, 1983. p. 28. Originalmente impresso em 1936, o livro teve pouca aceitação naquela época. Em 1958 foi publicado novamente, com várias edições posteriores, entre as quais a utilizada neste artigo.

5 Sobre essas suspeitas, veja-se SOLBERG, Carl. **Petróleo y nacionalismo en la Argentina**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.

6 Veja-se, por exemplo, CABRAL MARQUES, Daniel. Mundos del trabajo y formas de organización sindical en la Cuenca del Golfo de San Jorge durante la primera mitad del siglo XX: entre la radicalización obrera, el planteo reivindicativo y la articulación con el Estado. **Avances del Cesor**, año X, n. 10, p. 197-225, 2013; CAPOGROSSI, Lorena. Disciplinamiento y nacionalización de la fuerza de trabajo en los campamentos petroleros argentinos. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, n. 5, p. 1-17, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11336/28836>. Acesso em: 20 nov. 2020; CISELLI, Graciela. La mujer italiana en la industria petrolera del Sur Patagónico. **Gazeta de Antropología**, n. 17, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10481/7485>. Acesso em: 15 nov. 2020; MARQUES, Daniel. Conflicto e intervención estatal en los orígenes de la actividad petrolera en Comodoro Rivadavia. In: MARQUES, Daniel; PALMA GODOY, Mario. **Distinguir y comprender**. Aportes para pensar la sociedad y la cultura en Patagonia. Comodoro Rivadavia: Ediciones Proyección Patagónica, 1995; PALERMO, Hernán. **Cadenas de oro negro en el esplendor y ocaso de YPF**. Buenos Aires: Antropofagia, 2012; TORRES, Susana. Huelgas petroleras en Patagonia: inmigrantes europeos, clase y etnicidad (1917-1933). **V Jornadas sobre Colectividades**. IDES, Buenos Aires, 26 y 27 out.1995.

é possível reconhecer como no esboço dessa política de bem-estar, em seus limites e abrangências, incidiram nas demandas por direitos baseadas em suas próprias expectativas e formas de experimentar as condições de exploração, naquilo que consideraram justo para suas vidas e nas negociações e confrontos que, aberta ou dissimuladamente, eles fizeram contra a liderança da empresa estatal para fazê-los valer. Dessa forma, ao questionar a experiência histórica dos e das trabalhadoras, torna-se possível ressituar essas medidas de bem-estar como parte de um processo dinâmico e conflituoso que, enquadrado sob relações específicas de dominação, teria tido tanto tensões e negociações quanto confrontos abertos e velados.

Ao mesmo tempo, este ponto de vista convida a refletir sobre a arquitetura das comunidades operárias em cuja trama tal política assistencial foi forjada, pois o protagonismo atribuído à direção empresarial em sua formulação também levou à conclusão de que essas comunidades foram moldadas na imagem e semelhança do diagrama da administração da YPF. Mais uma vez, então, a intervenção dos e das trabalhadoras em sua construção, os sentidos que construíram e designaram para aquele lugar onde ganharam seu sustento, viveram, casaram, criaram seus filhos, lutaram e negociaram, ou estão embaçados ou estabilizados como um reflexo da vontade dos patrões.

Sob uma chave analítica centrada na experiência de homens e mulheres que formaram a classe trabalhadora do petróleo, este estudo explora a implementação da política assistencial desdobrada pela administração da YPF durante sua primeira década de existência em Comodoro Rivadavia, uma região do sul da Patagônia, na Argentina, onde o Estado nacional assumiu a dianteira na exploração de hidrocarbonetos, indagando em seus antecedentes, suas marchas e contramarchas. Concomitantemente, examina certas categorias com as quais o estudo dessa comunidade petrolífera tem sido abordado.

Elaborado com base na revisão da documentação da empresa petrolífera, os escritos de Enrique Mosconi, vários relatórios de funcionários do governo nacional, registros da delegacia de polícia que operava dentro do acampamento central da YPF em Comodoro Rivadavia, imprensa local, jornais de organizações de esquerda e sindicatos que entrevistaram nesse cenário, e memórias de um militante comunista que chegou à área da Patagônia no início dos anos 30, a análise que dá suporte a este trabalho é desdobrada em duas seções. A primeira se concentra na história da jazida petrolífera estatal desde seus começos até a criação da YPF. Analisa os conflitos abertos e velados desencadeados pela classe trabalhadora contra a liderança da jazida petrolífera estatal a fim de compreender mais completamente os horizontes, sentidos e resignações aos quais as medidas assistenciais implementadas naquela comunidade petrolífera foram submetidas. A segunda se dedica ao conteúdo, aspectos e dimensões incluídos nessa política de bem-estar sob a administração do primeiro diretor da empresa estatal, o general Enrique Mosconi, indexando suas questões de estudo relacionadas com a construção da comunidade operária petrolífera. Encerra este artigo um

conjunto de reflexões que retomam os principais argumentos desenvolvidos anteriormente em suas páginas.

## Desde as origens até o advento de Mosconi: vicissitudes da jazida estatal

TANTO A FUNDAÇÃO da YPF quanto a formação de uma comunidade petrolífera nas proximidades de suas jazidas foram parte de um processo gradual e complexo, atravessado por muitas dificuldades. Sua origem data de dezembro de 1907, com a descoberta do primeiro poço petrolífero na região patagônica da Bacia do Golfo de San Jorge, a três quilômetros ao norte de Comodoro Rivadavia, cidade fundada seis anos antes como porto de partida para a produção agrícola e pecuária da região. O fato de que sua localização estivesse em terras públicas e dentro de um território nacional proporcionou ao Estado nacional a oportunidade de participar ativamente da atividade extrativista. De fato, naquela época e até meados dos anos 1940, Comodoro Rivadavia fazia parte do território nacional de Chubut, uma divisão político-administrativa que, ao contrário das províncias, dependia diretamente do Poder Executivo nacional. Tal condição habilitava este último a nomear as mais altas autoridades do governo local e a aplicar suas decisões em assuntos como a exploração dos recursos do subsolo sem a necessidade de recorrer à adesão deste. Foi neste marco que, em 1910, foi criada a Direção-Geral de Exploração de Petróleo de Comodoro Rivadavia, organização que dependia do Ministério da Agricultura da nação e estava encarregada de organizar e administrar a exploração da jazida petrolífera estatal e regular as relações de trabalho no seu interior.

No entanto, as visões divergentes entre os setores políticos dirigentes sobre a conveniência do envolvimento do Estado na extração de petróleo e a quantidade de recursos a serem dedicados à atividade inicialmente impediram a expansão sustentada da exploração fiscal. Em parte, essas divergências giravam em torno da importância desse combustível para o funcionamento de uma economia nacional que, sustentada pela exportação de produtos primários agrícolas e pecuários para consumo no mercado britânico, havia feito do carvão sua força motriz preponderante. Era esse mineral o que movia as locomotivas e vagões que percorriam os milhares de quilômetros de ferrovias que a Argentina tinha no início do século XX, transportando mercadorias exportáveis de seus locais de produção até o porto de Buenos Aires, a capital da República. E embora não fosse produzido localmente, o baixo custo de sua importação das jazidas de carvão do sul do País de Gales ajudava a minar o interesse por obter uma fonte alternativa de energia. De fato, em 1913, na véspera da Primeira Guerra Mundial, o petróleo constituía apenas 5% do combustível utilizado na Argentina, importado por duas empresas estrangeiras, a *Standard Oil of New Jersey* e a *Royal Dutch Shell*. Foi o andamento da guerra que contribuiu para uma perspectiva mais favorável e generalizada entre os círculos governantes sobre as vantagens potenciais da produção estatal de petróleo. Mas até os primeiros anos do pós-guerra, o apoio

financeiro fornecido pelo governo nacional à exploração da Patagônia era escasso, razão pela qual a Direção-Geral de Exploração de Petróleo de Comodoro Rivadavia foi mantida com um escasso orçamento, se sustentando principalmente com os lucros da venda de combustível para as ferrovias estaduais e para a Marinha.<sup>7</sup>

Outro grande obstáculo para o desenvolvimento do campo petrolífero estatal foi a escassez de mão de obra. De acordo com o censo nacional de 1914, a população do extenso território nacional de Chubut atingia a 23.065 pessoas – 14.522 homens e 8.543 mulheres.<sup>8</sup> Desse total, 14%, ou seja, cerca de 3.200 pessoas residiam na região de Comodoro Rivadavia.<sup>9</sup> Essa baixa densidade populacional dificultava encontrar braços suficientes dispostos a se estabelecer nas proximidades da jazida. Se a severidade do clima, com seus ventos fortes e invernos rigorosos, podia desencorajar as intenções de se radicar na região, os salários oferecidos pela exploração estatal também não constituíam um incentivo para contrabalançar essa situação. Em 1917, por exemplo, o dinheiro obtido mensalmente por um operário petrolífero não especializado em troca de 12 horas por dia, de segunda a sábado e 6 horas aos domingos, oscilava entre \$80 a \$100 por mês. O aluguel de um quarto na cidade de Comodoro Rivadavia consumia 10% do que era ganhado, ao qual se indexava o gasto em alimentos – cujos preços eram onerosos porque a maior parte do que era consumido chegava por navio vindo de Buenos Aires, localizada a cerca de 1.800 km de distância, em água – também mais cara pela sua escassez – e em roupas.<sup>10</sup> Por outro lado, se o trabalhador optava por viver dentro dos limites do campo petrolífero e assim evitar a viagem diária de ida e volta de três quilômetros que separavam a cidade do local de trabalho, as dificuldades não eram menores. Barracas de lona ou galpões com chão de terra, paredes de madeira e telhados de zinco divididos em pequenas salas onde não menos de quatro pessoas eram alojadas, eram os tipos de abrigo que normalmente existiam.<sup>11</sup> A superlotação, a falta de higiene, de aquecimento e de água potável prevaleciam nas condições de vida de uma região cujas circunstâncias geográficas apresentavam contratempos significativos. Ao mesmo tempo, o custo dos artigos de primeira necessidade era ainda mais alto do que nas cidades, devido aos sobrepreços cobrados por fornecedores privados autorizados a vender suas mercadorias dentro do acampamento. A assistência médica, que era ainda mais importante devido às condições climáticas e aos riscos de acidentes de trabalho nos poços de perfuração e extração, também era deficiente, pois havia apenas uma pequena enfermaria localizada a dois quilômetros da jazida, com capacidade para quatro leitos e um carrinho puxado por cavalos para transportar os doentes e feridos.

7 SOLBERG, op. cit.

8 República Argentina. **Tercer Censo Nacional de la República Argentina**. Levantado el 1 de Junio de 1914. Buenos Aires: Talleres Gráficos de J.I. Rosso y Cía., 1917. p. 100-101.

9 ARMESTO, Stella; CÓRDOBA, Elvira; FIGUEROA, Raúl. **Comodoro Rivadavia, crónicas del centenario, 1901-2001**. Comodoro Rivadavia: Diario Crónica, 2001.

10 SOLBERG, op. cit., p. 68-70; ARMESTO, CÓRDOBA y FIGUEROA, op. cit.

11 El Rivadavia. **Medio siglo de petróleo argentino**. 1907-13 de diciembre-1957. Comodoro Rivadavia: El Rivadavia, 1957.

Apesar de tudo, o assentamento petrolífero experimentou um crescimento paulatino. De algumas dezenas de homens que trabalhavam e moravam lá em 1911, seis anos depois tinha já 1.500 habitantes, a maioria operários e, em menor medida, empregados e supervisores.<sup>12</sup> Cerca de 97% deles eram de origem europeia,<sup>13</sup> fator que não era estranho em um país que entre 1880 e 1914 havia recebido 4,2 milhões de imigrantes do velho continente. Dentro dessa porcentagem predominavam espanhóis, portugueses, búlgaros e italianos, seguidos por alemães, russos, austríacos, gregos e romenos, em sua maioria solteiros.<sup>14</sup>

As causas do incremento populacional da jazida estatal teriam sido ligadas à crise econômica desencadeada com a Primeira Guerra Mundial e, especificamente, a seus efeitos negativos no nível de emprego industrial, principalmente nos dois centros urbanos mais importantes da Argentina naquela época, as cidades de Buenos Aires e Rosário – na província de Santa Fe.<sup>15</sup> Como foi apontado por vários estudos, a tentativa de provar sua sorte naquele sul distante, estimulado por informações de familiares e amigos ali residentes sobre as possibilidades de encontrar trabalho em uma atividade na qual certas habilidades no manejo de máquinas ou na construção poderiam ser valorizadas, teria encorajado muitos trabalhadores a traçar um rumo em direção a Comodoro Rivadavia e, se tudo corresse bem, levar suas famílias com eles.<sup>16</sup>

No entanto, a distância entre as expectativas e a realidade das condições de vida e de trabalho na jazida petrolífera somadas à experiência que em termos de organização e ação coletiva muitos desses trabalhadores podiam carregar, contribuiu para o surgimento de uma greve durante a segunda metade de 1917. Iniciado em 29 de setembro, o conflito envolveu “945 trabalhadores dos 1.054” que estavam contratados naquele momento<sup>17</sup> e durou um mês e meio. Durante as assembleias e manifestações nas ruas da cidade organizadas para divulgar o conflito e reunir os aderentes entre os pedreiros, os trabalhadores portuários e ferroviários, e entre os trabalhadores da cidade,<sup>18</sup> cantos como o seguinte puderam ser ouvidos:

12 De acordo com algumas estimativas, em 1917, 1.562 pessoas residiam na jazida fiscal. Veja-se ARMESTO, CÓRDOBA y FIGUEROA, op. cit.

13 GADANO, Nicolás. **Historia del petróleo en la Argentina. 1907-1955**: desde los inicios hasta la caída de Perón. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

14 CASTIÑERA CASTRO, Víctor M.; GARCÍA, Alfredo M. Aproximación a la emigración española a la provincia del Chubut: los yacimientos petrolíferos fiscales (1915-1933). **Anuario de Estudios Americanos**, v. 56, n. 2, p. 581-604, 1999.

15 Segundo uma estatística elaborada para a cidade de Buenos Aires, de um total de 312.997 trabalhadoras e trabalhadores ocupados em agosto de 1915, 7,5% haviam perdido o emprego em agosto do ano seguinte. Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. **Boletín del Departamento Nacional del Trabajo**, n. 36, Enero 1918. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social - Biblioteca Digital Biale Massé, 2013.

16 CABRAL MARQUES, Daniel; CRESPO, Edda Lía. Entre el petróleo y el carbón: empresas estatales, trabajadores e identidades sociolaborales en la Patagonia Austral durante el período territorialiano (1907-1955). In: BANDIERI, S.; BLANCO, G.; VARELA, G. (dir.). **Hecho en Patagonia**. La historia en perspectiva regional. Neuquén: CEHIR-EDUCO, 2006. p. 301-347.

17 Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. **Boletín del Departamento Nacional del Trabajo**, n. 42, Marzo 1919. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social - Biblioteca Digital Biale Massé, 2013. p. 213.

18 **La Protesta**, 2 out.1917

Exigimos oito horas//e o aumento dos salários//  
Ai, ai, ai!//e o aumento dos salários//  
O padre da cidade// Tem compreendido a razão//  
E aquele que não a entendeu é o burro de Sol//  
Ai, ai, ai!//É o burro de Sol.<sup>19</sup>

Além das exigências de redução da jornada de trabalho e aumento dos salários expressos no refrão, havia também a demanda de “tratamento mais respeitoso” por parte da direção empresarial,<sup>20</sup> representada principalmente pelo engenheiro Leopoldo Sol, o administrador da jazida petrolífera, que era referido na canção como um burro, um insulto usado para tratar alguém como ignorante.

Não era a primeira vez que os trabalhadores protestavam abertamente contra as condições de trabalho e os magros salários recebidos em troca de tão longas jornadas. Em 15 de junho de 1908, um ano e meio após a descoberta do petróleo, cerca de 40 trabalhadores “armados com facas e revólveres” entraram em greve, ameaçando o subprefeito do porto e aqueles que não haviam se somado à greve na jazida. Se dizia que haviam tentado “desativar o tubo principal da mina de petróleo”.<sup>21</sup> Apesar da derrota do conflito que culminou com a demissão dos grevistas, a persistência das duras condições de trabalho levou a uma nova tentativa de parar a produção alguns anos mais tarde, em 1914. Mesmo não tendo sido completamente concretizado, o indício de protesto inquietou as autoridades da direção, que acharam necessária a criação de sua própria força policial para controlar o descontentamento, o que ocorreu em 1916 com a instalação de uma delegacia de polícia nas proximidades do acampamento. No entanto, quando o conflito eclodiu em 1917, as respostas às exigências obreiras tomaram direções diferentes, gerando até mesmo desacordos entre as autoridades da empresa estatal e as do Poder Executivo nacional. Assim, embora tenha havido confrontos entre grevistas e marinheiros que haviam chegado em dois navios da Marinha enviados pelo governo central de Buenos Aires, em meados de novembro, depois de mais de 40 dias, a greve foi levantada porque o Poder Executivo nacional decidiu aceitar a maioria das reivindicações dos trabalhadores, ignorando as objeções apresentadas por Sol. Os trabalhadores ganharam um aumento de 20% para salários inferiores a \$4 por dia, um aumento de 10% para salários acima desse valor, 30% de bonificações pelas horas extras, o reconhecimento da jornada de trabalho de oito horas, a promessa de melhorias no alojamento e na saúde, a criação de uma cooperativa de consumo para reduzir os custos de alimentação e vestuário e a recontração dos grevistas demitidos.<sup>22</sup>

A conclusão do protesto estava longe de ser circunscrita à satisfação das exigências dos trabalhadores. Por um lado, o final da greve levou a uma mudança na gerência da empresa petrolífera, que incluiu sua militarização parcial. Diante da demissão de Sol, devido

19 Citado por TORRES, op. cit.

20 **La Nación**, 18 jun. 1908.

21 *Ibidem*.

22 SOLBERG, Carl., op. cit.; **La Prensa**, 1º nov. 1917.

ao resultado adverso do conflito a suas pretensões, o Poder Executivo nacional decidiu colocar Felipe Fliess, um capitão de fragata que havia sido vice-diretor da Escola Naval, à frente da Diretoria-Geral de Exploração de Petróleo de Comodoro Rivadavia. A partir de então, a gerência da empresa contou entre seus membros com oficiais recrutados das Forças Armadas. É possível conjecturar que a resolução governamental foi influenciada pela maior importância estratégica que alguns membros da classe dominante começavam a dar à exploração do ouro negro no mundo em guerra. Mas foi também o resultado de um ensaio político destinado a conter uma classe trabalhadora que expressava seus interesses em uma ação coletiva de protesto. A greve tinha mostrado como esses trabalhadores, apesar das diferentes línguas que falavam, dos diferentes lugares onde nasceram, dos diferentes cargos que ocupavam dentro da empresa de acordo com suas qualificações, tinham conseguido construir laços uns com os outros e também com as pessoas locais. Esses laços surgiram numa cotidianidade que incluía tanto o local de trabalho quanto os bares e bordéis da cidade – no acampamento estes últimos eram proibidos –, as moradias da jazida petrolífera e os campos de futebol improvisados onde jogava o Club Recreativo de KM 3, uma equipe formada pelos operários e empregados da jazida petrolífera que em 1916 havia jogado sua primeira partida com outra equipe da cidade, a *Juventud Unida* de Comodoro Rivadavia.<sup>23</sup> Aqueles momentos dedicados à diversão em diferentes espaços deram origem a vínculos que colaboraram na troca de opiniões sobre a vida e o trabalho, sobre o que fazer, quando e como em face às adversidades apresentadas pelas condições de trabalho, com seus ritmos e suas exigências. Em resumo, foi através deles que a greve foi planejada e decidida.

Da mesma forma, aquela experiência compartilhada e condensada no conflito foi a que deu origem a uma segunda derivação do mesmo, a formação da primeira organização sindical petrolífera da região, a *Federación Obrera Petrolífera* (FOP). Criado no final de novembro de 1917, esse agrupamento anarco-sindicalista, organizado em seções que eram fiscalizadas por um Comitê Central, publicou *El obrero petrolífero*, um jornal dedicado à difusão de sua ideologia, assim como aquelas questões relacionadas aos problemas e à organização dos trabalhadores do petróleo de Comodoro Rivadavia.<sup>24</sup> Isso contribuiu para o crescimento da FOP que, desde então, dinamizou diferentes confrontos contra a empresa, com resultados díspares não em termos do número de trabalhadores envolvidos, mas em termos das demandas obtidas. Entre eles, incluem-se os conflitos que eclodiram em novembro e dezembro de 1918, ou os subsequentes em agosto e dezembro de 1919, exigindo aumentos salariais, a redução da jornada de trabalho para oito horas – uma exigência que só tinha sido formalmente satisfeita no conflito de 1917 –, a melhoria das condições de moradia e higiene no acampamento, o boicote

23 CARRIZO, Gabriel. Fútbol, cine y biblioteca. Una aproximación al análisis de los usos, disputas y controles del tiempo libre de los trabajadores en las comunidades obreras de Comodoro Rivadavia. Pasado por Venir. *Revista de Historia*, Comodoro Rivadavia, UNPSJB, p. 81-105, 2009/2010.

24 Além da FOP, como parte do processo de greve, foi criada a *Sociedad de Jefes de Sondeo y Aspirantes*, sindicato que reunia trabalhadores qualificados e que por algum tempo permaneceu aliado da FOP, embora mais tarde tenha assumido um curso mais conciliador com a liderança empresarial. TORRES, op. cit.

aos comerciantes da cidade por causa do alto preço das mercadorias – em solidariedade com os trabalhadores ferroviários – e a reintegração dos demitidos nos conflitos. A resposta da direção estatal foi, na maioria dos casos, a repressão. Assim, recorreu-se aos batalhões do Exército trazidos de Buenos Aires para expulsão daqueles considerados “agitadores”, através da aplicação da Lei de Residência,<sup>25</sup> ou da confecção de listas negras que foram entregues à gerência das demais companhias petrolíferas para evitar a contratação daqueles suspeitos de serem anarquistas ou bolcheviques, sob o temor revitalizado que o “perigo vermelho” havia gerado na classe dominante argentina com a revolução de outubro de 1917.<sup>26</sup> Essa política também foi reforçada pelas tentativas de controlar a vida dos operários através da espionagem de *apuntadores*, pessoal contratado pela empresa e habilitado a invadir de surpresa locais de trabalho e casas, em busca de panfletos, armas, prostitutas ou potenciais conspirações.

Entretanto, uma série de medidas também foram implementadas na tentativa de responder a certas exigências e modificar certas condições da vida diária que geravam descontentamento. Algumas dessas medidas começaram a ser implementadas sob a administração de Fliess. Mas seu principal executor foi Enrique Mosconi, um militar graduado em engenharia civil e ligado à União Cívica Radical, o partido no poder desde 1916. Foi nomeado diretor-geral da YPF em outubro de 1922, a empresa estatal criada em junho daquele ano por decreto presidencial baseado na reorganização da Direção-Geral de Exploração de Petróleo de Comodoro Rivadavia. Mosconi manteve-se no cargo até 9 de setembro de 1930, apresentando sua renúncia ao governo de fato que emergiu da queda do presidente Hipólito Yrigoyen, três dias antes.<sup>27</sup>

## Entre a assistência e o conflito na comunidade petrolífera YPF

No DIA 5 DE NOVEMBRO DE 1926, Carmen Fernández, uma espanhola que rondava os 30 anos, começou a trabalhar como atendente em um dos banheiros públicos construídos dentro do acampamento da YPF. O salário diário que recebia por manter o local limpo e cuidar dele por dez a doze horas por dia era de \$3,50, dois pesos a menos do que ganhava um trabalhador petrolífero não qualificado.<sup>28</sup> Embora não fosse muito, aquele dinheiro a ajudava a sustentar a si mesma e seu jovem filho, pois era a única renda que ela tinha desde a morte de seu marido, Julio Montoya. Até a sua morte, acontecida alguns meses antes, ele tinha trabalhado como peão de poço e, graças a isso, eles tinham conseguido viver em uma das moradias que

25 Essa lei, em vigor entre 1902 e 1958, atribuiu ao Poder Executivo a expulsão do país, sem intervenção do Poder Judiciário e no prazo de três dias, de qualquer estrangeiro considerado perigoso para a “segurança nacional”.

26 MC GEE DEUTSCH, Sandra. **Contrarrevolución en la Argentina, 1900-1932**. La Liga Patriótica Argentina. Buenos Aires: UNQ Editorial, 2003.

27 Antes de ocupar a diretoria da YPF, Enrique Mosconi (1877-1940) atuou como diretor-técnico da Escola de Aviação Militar em 1912, para assumir, em 1920, o Serviço Aeronáutico do Exército. Foi nessa posição que estabeleceu laços com importantes figuras do radicalismo, principalmente com Marcelo T. De Alvear, presidente da nação entre 1922 e 1928, e com seu primeiro-ministro da Agricultura, Tomás Le Bretón.

28 Ficha de Carmen Fernández. **Fichas del personal de YPF**. Comodoro Rivadavia. Arquivo da autora.

a empresa tinha reservada para aqueles operários que tinham família. Ainda que se tratasse de um modesto apartamento localizado em um prédio de apenas um andar e feito de madeira e chapa de zinco, a casa tinha certas comodidades como água, gás e eletricidade também fornecidas pela empresa.

Naqueles tempos, experiências como a de Carmen não foram excepcionais. Era comum que algumas viúvas de operários da YPF fossem contratadas pela empresa para atender aos banheiros públicos de mulheres e homens com chuveiros de água quente e fria instalados nos bairros das jazidas petrolíferas. Outras, ainda casadas ou solteiras, poderiam trabalhar como empregadas domésticas nas casas do pessoal hierárquico ou cuidar da limpeza dos escritórios administrativos e das *gamelas* – salas de jantar coletivas para os trabalhadores. Elas também poderiam ser contratadas como enfermeiras no Hospital Alvear, construído pela YPF dentro do acampamento e inaugurado em 1924. Foi o caso de Josefa Ezcurra de Ciafardini, outra espanhola que conseguiu um emprego naquele hospital em abril de 1928, em melhores condições do que Carmen, já que ela não só era paga mensalmente, mas também recebia \$200 por mês, quase o dobro do que a atendente do banheiro recebia.<sup>29</sup>

Esta breve resenha sobre a forma como mulheres como Carmen e Josefa ganharam a vida no acampamento da YPF proporciona alguns indícios da política assistencial desenvolvida pela administração da empresa sob a liderança de Mosconi. Uma revisão detalhada nos permitirá pesar melhor seu alcance.

A construção do maior número de moradias, melhor equipadas e feitas de alvenaria, esteve entre as principais preocupações. A disposição espacial e as dimensões das casas responderam a critérios relacionados ao estado civil do trabalhador, ao número de pessoas da família do trabalhador e à posição hierárquica do pessoal. Assim, delimitaram-se os aposentos dos trabalhadores que, separados dos terrenos destinados aos chalés e casas para o pessoal hierárquico, tinham em seu interior pavilhões e edifícios de um andar com apartamentos de dois quartos e uma cozinha para solteiros, ou casas com dois quartos e uma cozinha para os trabalhadores com família, além da construção dos banheiros públicos atendidos por mulheres como Carmen.<sup>30</sup>

A saúde e a educação também foram incluídas nessa política. A primeira contemplou a provisão de atendimento médico domiciliar e gratuito aos trabalhadores e suas famílias, descontos em medicamentos e acesso aos serviços de clínica geral e odontologia, bem como os serviços prestados pelo Hospital Alvear, que contava com uma maternidade, um centro de raios X e um quarto equipado para cirurgia.<sup>31</sup> Em caso de doenças graves, a empresa poderia até mesmo pagar para o trabalhador afetado viajar de navio para Buenos Aires, com um membro da família, para receber tratamento. Em termos de educação, tanto a educação

29 Ficha de Josefa Ezcurra de Ciafardini. **Fichas del personal de YPF**. Comodoro Rivadavia. Arquivo da autora.

30 Ministerio de Agricultura de la Nación. **Memoria correspondiente al ejercicio del año 1923**. Buenos Aires, Talleres Gráficos del Ministerio de Agricultura de la Nación, 1924.

31 MOSCONI, op. cit.

formal quanto o treinamento dos trabalhadores do petróleo foram levados em consideração. Além de construir escolas primárias para meninos e meninas e uma escola noturna para adultos analfabetos e semialfabetizados, foi assinado um acordo com a congregação salesiana para proporcionar educação primária para crianças e estudos de especialização técnica para jovens na Escola de Artes e Ofícios Deán Funes, um centro educacional cuja construção, iniciada em 1929, foi concluída em 1937.<sup>32</sup>

Outro aspecto previsto nessas medidas foi a aquisição de produtos básicos como alimentos e vestimentas. A fim de reduzir os preços, reorganizou-se a loja de abastecimento dentro do acampamento e estabeleceu-se uma cooperativa de alimentos e uma padaria. Também foram montadas salas de jantar para trabalhadores com café da manhã diário, almoço e serviço de jantar a preços razoáveis. Da mesma forma, encorajou-se a formação da *Asociación Mutual de Empleados y Obreros*, cujos fundos, formados a partir de uma taxa mensal paga pelos trabalhadores e obreiros associados, foram utilizados para adiantamentos de salário, empréstimos, subsídios de doença ou de morte.

A essas medidas adicionaram-se os bônus extrassalariais, que tiveram que ser obtidos mediante o cumprimento de certos requisitos, tais como a observância de “boa conduta” certificada pela gerência. Entre esses bônus estavam os abonos de família por paternidade e maternidade, bônus por antiguidade (acessível após um mínimo de três anos no trabalho), gratificações anuais extraordinárias por registros de perfuração e montagem de maquinaria – entre outras tarefas – e prêmios por pontualidade.

Esta última questão ocupou um lugar proeminente entre as preocupações de Mosconi. Por um lado, sua convicção nacionalista orientou várias propostas apresentadas ao Poder Executivo nacional para limitar a participação estrangeira na exploração do petróleo local.<sup>33</sup> Mas, também, inspirou várias medidas destinadas à classe trabalhadora da YPF. Especificamente para aquela expressão política que colocava em dúvida a existência da nação e do próprio sistema burguês. De tal forma, a pretensão de promover a unicidade de interesses dos operários, empregados e patrões por trás do nacionalismo petrolífero se ligou à de pôr um fim a uma disputa trabalhista que carregava o sinal do anarquismo. Para tal fim, proibiu-se toda a atividade sindical ampliando a prática da confecção de listas negras e a expulsão de “agitadores”, fundamentalmente após a tentativa da FOP de convocar uma greve no final de 1922. Mas como essa inclusão político-ideológica estava ligada à origem europeia da maioria dos trabalhadores, Mosconi procurou enfrentá-la recorrendo também à “argentinização” da força de trabalho. Este termo designava a tentativa de substituir os trabalhadores estrangeiros através da contratação de trabalhadores provenientes das áreas rurais nas províncias do norte argentino, percebidos pelos líderes empresariais como mais dóceis, devido a sua suposta falta de experiência fabril e sindical.<sup>34</sup>

32 Ibidem.

33 SOLBERG, op. cit.; GADANO, op. cit.

34 MOSCONI, op. cit.

Por outro lado, tais medidas repousaram sobre certos ideais de masculinidade e feminilidade baseados em uma divisão sexual do trabalho que reforçava a assimetria entre homens e mulheres. Os primeiros foram preconizados como fornecedores da família proletária, como seres idôneos para atender às exigências de força física exigidas pelo trabalho petrolífero, ao qual também se indexavam certas qualidades positivamente valorizadas como a coragem, a disciplina e a responsabilidade no cumprimento das tarefas. Essas noções deviam ser incutidas não apenas no trabalho, mas também através da educação e da prática do esporte, uma expectativa na qual se baseava o acordo de Mosconi com a congregação salesiana.<sup>35</sup> Em contraste, as mulheres eram colocadas como responsáveis pelo cuidado e reprodução da família, educáveis em tarefas como costura e preparação de alimentos, subordinadas no final das contas aos homens como mães e esposas.<sup>36</sup> Esperava-se que com esse papel elas contribuíssem para a formação de futuros homens, respeitosos e comprometidos com seu trabalho. Essa marca genérica impactava nas tarefas remuneradas que a empresa lhes oferecia, já que cuidar dos doentes no Hospital Alvear, a limpeza dos banheiros públicos, dos escritórios e das *gamelas* eram tarefas concomitantes ao seu papel doméstico. Além disso, ao contratar as viúvas, a empresa teria buscado mantê-las no acampamento, garantindo que seus filhos se tornassem obreiros petrolíferos uma vez atingida a idade de trabalhar. Em síntese, sob o auspício de Mosconi, foi posta em prática uma política assistencial que afetou uma ampla gama de ordens e dimensões da cotidianidade operária, solidificando hierarquias de classe e gênero que buscaram obter a lealdade dos trabalhadores e suas famílias para com a empresa.

A historiografia argentina tem recorrido a diferentes categorias para interpretar os significados e os alcances dessa política. Por um lado, era vista como um modelo de profundo disciplinamento social que teria feito da YPF uma instituição total devido a sua capacidade de controlar todos os aspectos da vida operária. Também foram conceituadas como parte de uma pedagogia de dominação, recorrendo ao postulado gramsciano de hegemonia como resultado de um processo que requer a educação das classes submetidas para que estas vivam sua opressão como natural e necessária. Relacionada à perspectiva do teórico comunista italiano, uma terceira leitura inscreveu a YPF como um modelo de hegemonia empresarial, porquanto sua liderança foi capaz de imprimir seus interesses na classe trabalhadora ao intervir em todos os aspectos de sua vida cotidiana.<sup>37</sup> Embora respondam a diferentes marcos teóricos, essas interpretações concordam em concluir que a política implementada por Mosconi foi bem-sucedida porque conseguiu integrar os operários petrolíferos dentro de uma comunidade

35 CARRIZO, Gabriel. Educación y masculinidad en un colegio técnico de la Patagonia argentina: el caso de los salesianos en Comodoro Rivadavia durante la primera mitad del siglo XX. **Revista de Investigación Educativa**, Universidad Veracruzana, Xalapa, Veracruz. n. 9, pp. 1-22, jul.-dez. 2009.

36 CRESPO, Edda Lía. Madres, esposas, reinas... Petróleo, mujeres y nacionalismo en Comodoro Rivadavia durante el primer peronismo. In: LOBATO, Mirta Z (ed.). **Cuando las mujeres reinaban**. Buenos Aires: Biblos, 2005. p. 143-174.

37 Para o uso dessas categorias, veja-se CABRAL MARQUES, op. cit.; CAPOGROSSI, op. cit.; PALERMO, respectivamente.

específica, a *ypefiana*, onde o antagonismo entre capital e trabalho foi sepultado pela noção de pertencer a uma “grande família”, a da YPF.

A interpretação dessa política assistencial inclui, por sua vez, o estudo do processo formativo dessas comunidades sob duas noções: a do Sistema de Fábrica com Vila Operária (SFVO) e a da *Company Towns*. A primeira, formulada por José Sergio Leite Lopes,<sup>38</sup> refere-se a uma comunidade cujo tecido, disposto a partir de uma atividade produtiva particular e localizada em áreas carentes de um mercado de trabalho previamente constituído, concentra no mesmo espaço a esfera da produção e a da reprodução dos trabalhadores. Tal concentração, que do ponto de vista da vida cotidiana tende a apagar as diferenças entre tempo de trabalho e de lazer, permite que a empresa exerça seu poder dentro e fora do local de trabalho, em todas as esferas de atividade dos trabalhadores e habitantes da vila. A peça fundamental para essa intromissão está no provimento de moradia e em várias práticas de paternalismo empresarial. Assim, ao contrário do clássico “proletário livre”, o SFVO consegue submeter ao trabalhador um vínculo de “paradoxal servidão burguesa”, impondo uma completa dependência do capital.<sup>39</sup>

Em um livro de autoria de Susana Torres e Marcelo Borges, a definição de SFVO é absorvida pela de *Company Towns*, uma modalidade de assentamento de mão de obra rastejável na Europa e nos EUA durante a revolução industrial.<sup>40</sup> Novamente, a chave para sua definição se encontra na reunião dentro do mesmo espaço geográfico, o local de trabalho e moradia, assim como na preocupação de atrair mão de obra, fixá-la e discipliná-la. Isto leva as patronais a estender seu controle do local de trabalho à vida cotidiana fora da fábrica, fornecendo serviços e bens de consumo para os trabalhadores e organizando o uso do tempo de lazer.

As divergências entre uma e outra categoria são de matizes. Os que recorrem à noção de SFVO parecem estar mais atentos às fendas que certas práticas obreiras abrem no exercício desse poder empresarial, enquanto os que recorrem à ideia de *Company Towns* se concentram mais na análise da montagem entre as necessidades produtivas e o assistencialismo empresarial, fundamentalmente no atinente ao controle do tempo livre. Mas ambas as posições coincidem em atribuir um papel de protagonismo principal às iniciativas das lideranças empresariais no processo de fundação e desenvolvimento dessa classe de comunidades articuladas em torno de uma atividade produtiva. O mesmo acontece com a avaliação das políticas assistenciais, pois seu desenho e alcance ficam inscritos na potestade empresarial, como se conclui no caso de Mosconi na YPF.

A ênfase colocada no protagonismo das lideranças empresariais encerra alguns problemas. O primeiro tem a ver com o papel da ação operária nesse processo. A onipotência

38 LEITE LOPES, José Sergio. Fábrica e Vila Operária. Considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LEITE LOPES, José Sergio *et al.* **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação** (estudos sobre trabalhadores urbanos). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979; LEITE LOPES, José Sergio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: MCT/CNPq, 1988.

39 LEITE LOPES, op. cit., 1979.

40 TORRES, Susana; BORGES, Marcelo. **Company Towns: Labor, space and power relations across Time and Continents**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

atribuída às patronais no controle da vida cotidiana do obreiro e de sua família acaba por colocar a agência da classe trabalhadora no plano das fissuras abertas às pretensões do poder patronal, reduzindo assim seu poder criativo. Assim, observa-se que os e as trabalhadoras foram capazes de expressar demandas e exigências através de greves, mobilizações e assembleias. Mas os termos e significados dessas reivindicações operárias não se indexam na hora de avaliar o desenho das políticas empresariais e medir quanto de sua formulação foi produto do conflito de classes num terreno que para a liderança petrolífera foi incerto e exigiu uma aprendizagem em função das ações de seus adversários. Lembremos que a exploração estatal em apenas seis anos passou de ter umas dezenas de habitantes para mais de mil entre obreiros e trabalhadores que, para sobreviver, precisaram satisfazer as necessidades básicas de moradia, comida e saúde, no mínimo. Essas necessidades traduziram-se em exigências que obrigaram a administração da empresa – por quem estavam dirigidas – e ao próprio governo nacional a dar respostas adaptando suas ideias e seus próprios movimentos à dinâmica que os trabalhadores imprimiam ao conflito e às exigências que expressavam. Interpretar essas ações operárias como fissuras acaba por reduzir esse processo à vontade consciente de um único concorrente, liderança empresarial, perdendo de vista que a expressão dessas exigências definiu os termos e o alcance de sua satisfação.

Mas além disso, e como segundo aspecto problemático, as fissuras abertas ao poder patronal que se ponderam com maior ênfase são aquelas que resultam de uma ação coletiva organizada e, conseqüentemente, visível. As análises que colocam a YPF como uma instituição total ou situam Mosconi como o artífice da pedagogia da dominação, sem dúvida reparam na algidez dos conflitos promovidos pela FOP para reverter as severas condições trabalhistas e de vida que reinavam na jazida estatal. Também notam o importante papel desempenhado pelos anarquistas nesse processo. Mas ao concentrar a visão nesse tipo de ações de protesto, supõem que sua erradicação é uma prova incontestável do sucesso do propósito empresarial. Assim, se os sindicatos foram desorganizados e as greves foram desativadas, se os trabalhadores se estabeleceram no local, se casaram, levaram o sustento para suas casas enquanto as mulheres cuidavam deles e de seus filhos e filhas, foram aos bailes e jogaram futebol, era evidente que eles aceitaram sua subordinação ao poder empresário e assumiram um senso de pertença comunitário que, baseado no trabalho, não era outro senão o projeto Mosconi. Efetivamente, as greves que povoaram o cenário dos acampamentos da YPF em 1917, 1918, 1919, 1920 não voltaram a aparecer com tal massividade, mesmo durante o ano de 1932, quando dois conflitos iniciados nas empresas privadas se tornaram greves gerais que convulsionaram a região de Comodoro Rivadavia.<sup>41</sup> Da mesma forma, os registros sobre deportações massivas de anarquistas, o

41 ANDÚJAR, Andrea. La lucha por lo justo: un estudio sobre las huelgas petroleras de 1932 en Comodoro Rivadavia. In: ANDÚJAR, Andrea; CARUSO, Laura, GUTIÉRREZ, Florencia; PALERMO, Silvana; PITA, Valeria; SCHETTINI, Cristiana. **Vivir con lo justo**. Estudios de historia social del trabajo en perspectiva de género. Argentina, siglos XIX y XX. Rosario: Prohistoria ediciones, 2016.

desmembramento da FOP e a ausência de uma organização sindical para substituí-la até a aparição, em 1931, do *Unión General de Obreros Petroleros*, uma organização de filiação comunista, reforçaram a convicção de que a liderança da YPF havia conseguido desativar uma classe obreira consciente e organizada.<sup>42</sup>

No entanto, essas apreciações podem ser revistas à luz de outras considerações e perguntas. Em primeiro lugar, as greves não desapareceram totalmente no acampamento da YPF. Liderados pela FOP, os trabalhadores da empresa estatal realizaram pelo menos três grandes greves, duas em 1924 – contra a lei de aposentadoria aprovada pelo Parlamento argentino em maio e a expulsão de dois obreiros ativistas anarquistas em julho – e uma em 1927 – contra a execução dos anarquistas Sacco e Vanzetti. Esses acontecimentos convidam a repensar a capacidade da organização sindical de agir a partir das margens e permanecer clandestina, evitando a perseguição desencadeada por Mosconi. Também encorajam a olhar para as redes de sociabilidade comunitária e os usos do tempo livre dos trabalhadores petroleiros.

Umas e outras foram o terreno de intervenção política de anarquistas, comunistas e até mesmo feministas. Os cinemas da cidade e os que funcionavam nos acampamentos petroleiros, os *picnics* e as noitadas musicais ou os encontros esportivos foram áreas onde essas correntes atuaram para estimular a camaradagem, a organização e o debate sobre as condições de vida, o poder masculino, o destino da classe trabalhadora e a revolução.<sup>43</sup> Longe de ser do domínio exclusivo patronal, o tempo livre e o que fazer com ele era um campo de disputas, onde diversos grupos obreiros insistiram em manter e lutar por sua autonomia como classe frente às expectativas do capital. Os vínculos que ali solidificaram lhes permitiram manter uma existência mais ou menos velada aos olhos do patrão.

A análise dessa dimensão da cotidianidade operária convida a pesar as capacidades de resistência e organização fora daquelas formas e ações que são claramente visíveis aos olhos do dominador. Em tal direção, é viável se perguntar, por exemplo, o seguinte: se o operário domesticado é aquele que não entra em greve, como definir aquele que é pego dormindo durante o horário de trabalho, faltando sem aviso, chegando ao seu posto em estado de embriaguez, lendo um livro em voz alta para seus colegas durante seu turno no trabalho, não fazendo as tarefas correspondentes aos membros de sua equipe de poço, jogando pedras e pás nas correias do equipamento de perfuração, respondendo de forma insolente a seus superiores, desacatando suas ordens ou, como fez a enfermeira Josefa Ezcurra de Ciafardini, usando o carro do

42 GÓMEZ, Rufino. **La gran huelga petrolera de Comodoro Rivadavia (1931-1932) en el recuerdo de un militante obrero y comunista**. Buenos Aires: Centro de Estudios, 1973

43 ANDÚJAR, Andrea; CARRIZO, Gabriel. Cine, emociones y política en el mundo petrolero patagónico durante el período de entreguerras. **Revista de Estudios Marítimos y Sociales**, Buenos Aires, Grupo de Estudios Sociales Marítimos/Universidad Nacional de Mar del Plata, año 13, n. 17, 2020, pp. 265-297. Disponível em: <https://estudiosmaritimossociales.org/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Hospital de Alvear para dar uma volta com suas amigas?<sup>44</sup> Essas condutas emergem de uma revisão sucinta das fichas do pessoal da YPF entre 1926 e 1929. Foram registradas juntamente com as punições recebidas. Todas elas mereciam suspensões que poderiam durar de um a cinco dias e também a perda de bônus – o que impactava fortemente no salário do obreiro – e até mesmo a demissão. Pode-se supor que tais comportamentos encerravam diversos significados que incluíram, no mínimo, desde atitudes de resistência velada até a falta de camaradagem com os colegas de trabalho, pois a ausência ou embriaguez poderia bem sobrecarregar as tarefas dos demais ou colocá-los em risco de um acidente de trabalho. Mas qualquer que seja o sustento, os indícios dessas práticas denotam uma ausência de disciplina que desloca o operário sonhado por Mosconi.

Ao mesmo tempo, o fato de que as greves não comprometeram as instalações da YPF significou que todos os seus trabalhadores permaneceram afastados? Se seguirmos os nomes dos grevistas presos pela polícia no acampamento da YPF nos dois protestos de 1932, é possível observar que entre os jogados nas “masmorras da YPF” (como definia um dos prisioneiros a delegacia de polícia que desde 1916 funcionava dentro do acampamento) encontravam-se alguns da empresa estatal, pegos em reuniões nas *gamelas* dos acampamentos da *Compañía Ferrocarrilera de Petróleo* ou *Manantial Rosales*, duas das empresas que foram o epicentro desses conflitos.<sup>45</sup> Entre os presos estava Alfredo Raffo, membro de um time de futebol fundado pela direção da YPF. Outros trabalhadores figuravam nas listas dos deportados no início da primeira das duas greves daquele ano. Por sua vez, as crônicas jornalísticas e os relatos de Rufino Gómez, um ativista comunista chegado à região no início do ano 1930, se referiam à presença de colunas de obreiros dessa empresa nas mobilizações e assembleias levadas a cabo durante os conflitos.<sup>46</sup>

Por outro lado, algumas das demandas presentes nas greves de 1932 foram as mesmas que motivaram os protestos dos operários petroleiros no acampamento estatal no final da década de 1910 e início da seguinte, como melhorias na moradia e na assistência de saúde fornecidas pelas empresas privadas.<sup>47</sup> Portanto, é possível pensar que as demandas dos petroleiros estatais não apenas moldaram a política assistencial da YPF, mas também alteraram os direitos a serem exigidos pelos trabalhadores das empresas privadas a seus próprios empregadores.

Não é conveniente cair em uma superestimação desses indícios para se opor às leituras do poder onipotente dos patrões com uma capacidade de resistência onipotente da classe

44 Ficha de Josefa Ezcurra de Ciafardini, **Fichas del personal de YPF**. Comodoro Rivadavia. Arquivo da autora.

45 Libro de partes diarios de guardia. **Comisaría de YPF**, año 1932, tomo 1. Museo Histórico Policial, Rawson, Chubut, Argentina.

46 **El Chubut**, edições de março e abril de 1932; GÓMEZ, Rufino. **La gran huelga petrolera de Comodoro Rivadavia (1931-1932) en el recuerdo de un militante obrero y comunista**. Buenos Aires: Centro de Estudios, 1973.

47 ANDÚJAR, op. cit.

operária. Mas levar em consideração essas práticas sob uma perspectiva que se interroga pela agência das e dos trabalhadores, que não isenta o conflito na dominação nem desconsidera as tensões ou reformulações permanentes a que suas instâncias são submetidas *from below*, permite repensar a forma como a política assistencial implementada pela liderança da YPF, bem como a comunidade que ela pretendeu modelar em seu parecer, fizeram parte de uma arena de conflito de classes que dirimiu seus significados e seu decurso. Os trabalhadores e suas famílias colocaram suas exigências de diversas maneiras. Algumas vezes, o fizeram com greves; outras vezes, em assembleias e comícios; quando puderam, com notas escritas em seus jornais sindicais ou publicadas na imprensa comercial, prontos para recontar seus infortúnios. Muitas vezes sofreram perseguição, uma prática facilitada pela situação estatal da YPF e seu acesso privilegiado às forças da repressão estatal. Mas também com essas exigências, transformadas primeiro em reivindicações e depois em direitos, moldaram o conteúdo e o alcance dessas políticas assistenciais em questões percebidas como elementares para sua vida cotidiana como moradia, assistência médica, escolaridade para os filhos e filhas de suas famílias e entretenimento.

O caso de Carmen, a viúva de Julio Montoya, oferece a oportunidade de fazer um exercício reflexivo nesse sentido. Sem dúvida, e como várias estudiosas têm visto, o trabalho de limpeza e atendimento ao banheiro público denota as hierarquias de gênero que a liderança empresarial incentivava. É possível pensar, também, que na realização dessa tarefa ela aceitava cumprir com o que era esperado de seu sexo. Mas, também, podemos nos perguntar até que ponto essa aceitação não dava lugar para manter outras margens de autonomia. Se não fosse por esse trabalho remunerado, Carmen provavelmente teria tido que voltar para Buenos Aires com seu filho, procurar um lugar onde morar, conseguir um novo emprego e uma escola para o filho. Se as coisas saíssem mal, talvez devesse resignar-se a viver sob a tutela de um parente que pudesse ajudá-la na urbe portenha. Portanto, ao aceitar cuidar e limpar o banheiro para a YPF, Carmen avaliou suas opções dentro das margens que tinha. E resolveu ficar no lugar que conhecia, onde tinha relacionamentos que satisfaziam suas necessidades e a incentivavam a viver sem Julio, seu marido, naquele mundo que ela também tentou moldar com sua própria mão.

## **Palavras finais**

No EPÍLOGO de seu livro, Enrique Mosconi afirmou que o desenvolvimento da YPF foi a prova da maturidade técnica e administrativa alcançada pelo Estado argentino para “organizar e conduzir com sucesso as mais difíceis empresas que caracterizam a complexa estrutura econômica das nações modernas”.<sup>48</sup> Se o caminho traçado pela petroleira estatal continuasse, a Argentina alcançaria um lugar de destaque no concerto das nações. Mas uma

48 MOSCONI, op. cit., p. 240.

condição incontornável para atingir esse objetivo era contemplar a situação do trabalhador ou empregado, “despertando a sua confiança e dedicação para com a empresa para a qual é obrigado a dedicar as suas energias”.<sup>49</sup>

Essas reflexões revelam a imagem positiva que Mosconi tinha de sua gestão à frente da empresa estatal petrolífera, bem como sua confiança de que a reprodução da mesma em outras empresas traria benefícios importantes para o Estado argentino. Além disso, denotam que as aspirações de sua política de bem-estar tinham como foco a construção de um mundo de trabalho harmonioso, onde o chefe de família, inteiramente dedicado à empresa e ao lar, banisse de seu horizonte o protesto coletivo e, concomitantemente, as marcas do anarquismo. De acordo com as palavras citadas no início deste artigo, seu esforço foi bem-sucedido. É possível esperar outra coisa? Não. Dificilmente nessa obra, que de alguma forma sintetiza seu legado, o trabalhador que tomou forma fora diferente daquele totalmente dedicado ao trabalho com o cérebro, o coração e os músculos, segundo suas palavras já citadas. Esse era o seu trabalhador ideal e com ele Mosconi construiu sua retórica.

É uma retórica que, sem dúvida, precisa ser levada em consideração para compreender as noções, os conteúdos e as finalidades da política assistencial implementada na YPF no início do século XX. No entanto, convém não perder de vista que as reflexões do general constituem apenas uma das facetas desse processo. Para ver o quadro completo, que procure na história não só as vocações e vontades dos empresários, é preciso também rever as experiências dos trabalhadores e de suas famílias, suas reivindicações e lutas, o que aceitaram, negociaram e colocaram em tensão em prol do reconhecimento de uma série de direitos que conceberam como justos para suas vidas. Desse modo, torna-se possível compreender a história das políticas assistenciais e das próprias comunidades operárias não como resultado das necessidades do capital e das vontades patronais, mas como fruto de uma construção ativa, relacional e histórica – e, portanto, conflitiva –, uma edificação a ser examinada à luz do que todos os sujeitos que fizeram parte dela, fizeram, pensaram e compreenderam.

Recebido em 18/04/2021

Aprovado em 16/05/2021

---

49 Ibidem.